

NECESSIDADES FORMATIVAS PARA INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DE PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS E DAS CONCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS



TRAINING NEEDS FOR INCLUSION: AN ANALYSIS OF SCHOOLS' POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECTS AND PROFESSIONALS' CONCEPTIONS

IVANILDE SOUZA FORTUNATO MIGUEL

Graduação em Pedagogia pela Faculdade De Presidente Prudente (2005); Especialista em Práticas de Alfabetização e Letramento pela Universidade de São João Del Rei (2014); Professora de Ensino Fundamental II Sala de Recursos - deficiência intelectual na EE Prof.^a Mirelle Pesce Desidere, Professor de Educação Básica na EM João Sebastião Lisboa.

RESUMO

Esse artigo tem por objetivo, refletir sobre as necessidades formativas dos professores de Educação Especial, que atuam na rede regular de ensino estadual de Presidente Prudente- SP, a partir do problema quais são as necessidades formativas do professor da modalidade de educação especial no processo de inclusão, este projeto de pesquisa pretende investigar se as escolas auxiliam na formação continuada em serviço e se identificam as necessidades formativas por meio de seu Projeto Político Pedagógico. Espera-se como resultados articular a formação em serviço às políticas de inclusão e formação docente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial; Inclusão; Necessidades formativas.

ABSTRACT

The aim of this article is to reflect on the training needs of special education teachers who work in the regular state school system in Presidente Prudente, São Paulo. Based on the problem of what the training needs of special education teachers are in the process of inclusion, this research project aims to investigate whether schools help with in-service training and whether they identify training

needs through their Pedagogical Political Project. The results are expected to link in-service training to inclusion policies and teacher training.

KEYWORDS: Special education; Inclusion; Training needs.

INTRODUÇÃO

A educação especial na perspectiva inclusiva, no âmbito da educação básica pública, apresenta muitos desafios e um deles é a formação dos profissionais, e principalmente dos professores que já atuam na educação especial e regular de ensino, para que possam desenvolver boas práticas educativas, assim garantindo inclusão social do aluno com deficiência. Diante disto, surge o seguinte problema que norteia este artigo: quais são as necessidades formativas do professor da modalidade de educação especial no processo de inclusão?

Diante deste questionamento principal emergem questões subjacentes que corroboram para compreender o objeto de pesquisa: As escolas auxiliam na formação continuada em serviço? De que modo, a elucidação de possíveis necessidades formativas poderiam contribuir na melhoria das práticas pedagógicas favorecendo maior oportunidade inclusão? As escolas dão relevância a formação continuada em serviço, por meio de seu Projeto Político Pedagógico, dando ciência destes aspectos à comunidade escolar? Estas indagações se dão, pois, a percepção é de que muitos professores, gestores e pais têm tido pouco êxito na educação especial, na perspectiva inclusiva nas escolas de educação básica da rede pública de ensino.

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento de trabalho escolar. Além disso, ele é um documento onde se valoriza a identidade da escola e se define as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, dando-lhe autonomia e definindo seu compromisso com a clientela, imputando a responsabilidade dos seus agentes com as racionalidades interna e externa. Por ser um instrumento que acompanha a sociedade, a escola e suas finalidades culturais e sociais de formação profissional e humanística, torna-se fundamental revê-lo a todo o momento e mudá-lo sempre que necessário. Neste sentido, ele pode ser uma boa ferramenta de garantia de inclusão, uma vez que reúne os interesses da comunidade escolar.

Veiga (1998, p.1) define o Projeto Político Pedagógico da seguinte forma:

o projeto político-pedagógico procura instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, busque eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo as relações horizontais no interior da escola. Ao dar uma nova identidade à escola, o projeto político-pedagógico deve contemplar a questão da qualidade do ensino, o que significa enfrentar o desafio da inovação, tanto na organização do trabalho pedagógico quanto na gestão exercida pelos interessados, o que implica repensar a estrutura de poder da escola. (VEIGA, 1998, p.1).

Do mesmo modo, no Projeto Político Pedagógico (PPP) deveria ser possível identificar as necessidades formativas para garantir práticas na perspectiva inclusiva, percebendo como está o processo de inclusão, e se a comunidade escolar demonstra algum o êxito na escolarização dos

estudantes com deficiência nelas inseridos.

Nesse sentido, é urgente refletir sobre as possibilidades de melhoria das práticas pedagógicas numa perspectiva inclusiva por meio de melhores condições de formação e evidenciação das necessidades que o professor apresenta. Com base na afirmação anterior, de que a formação deve ser percebida pela escola é preciso mudança nos discursos, que sempre se consideram o aluno incluídos na escola, mas que infelizmente na sala de aula demonstra ser recorrente os relatos de despreparo do profissional do professor da sala de recursos e da sala regular, e dos demais profissionais, em que os alunos apenas estão inseridos, mas não verdadeiramente incluídos. Portanto, as necessidades formativas devem ser identificadas de forma a melhorar o processo de inclusão de pessoas com deficiência.

Os documentos referentes à educação dos alunos com deficiência orientam a inclusão como eixo norteador, evidenciando que a segregação do atendimento deve ser evitada, mesmo com o predomínio destas orientações, é preocupante como a escola e a sala de aula demonstram desarticulação com os documentos legais que regulam a educação inclusiva.

A LDB 9394/96, com publicação em 23 de dezembro de 1996, afirma em seu art. 4º que: "O dever do Estado com a Educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino". (BRASIL, 1996). O aluno com necessidade especial deverá ser tratado com respeito e dignidade visto que a educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade e liberdades humanas, para a construção da cidadania, pois é um dever de estado e da sociedade garantido por lei. Deste modo, a receptividade das escolas, em relação aos alunos, deve ser de qualidade, onde todos possam usufruir de um aprendizado de forma igualitária, tendo respeitados seus ritmos e suas limitações.

Segundo Montoan (2003) inclusão remete a consideração da diferença universal, desde os elementos de um dado grupo étnico, religioso, de gênero como um todo e viver a inclusão é entender estas diferenças, e enfatiza a dificuldade de se fazer a inclusão respeitando e argumenta que para que a mesma aconteça em sua totalidade precisamos ter uma postura aberta para mudanças de comportamentos, julgamentos e posicionamento. Uma postura ética nos permite diferenciar com clareza e atitudes de integração e de inclusão.

Como professora de sala de recursos, desde 2017, noto que o apoio em termos formativos é fundamental para que ele compreenda diferentes conhecimentos relacionados ao de desenvolvimento cognitivo dos alunos com deficiência e desenvolva melhores estratégias inclusivas. termos um posicionamento ético nos permite diferenciar com clareza e atitudes integração de inclusão.

A sala de recursos multifuncionais é espaço utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares, no âmbito da escola regular. Mas, os desafios da inclusão vão além da integração, isto é, além de ter uma sala para os alunos com deficiências.

O objetivo da inclusão é não deixar ninguém de fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se as particularidades de todos os alunos. Assim, à medida que as práticas educacionais excludentes

do passado vão dando espaço e oportunidade a unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular. (MANTOAN, 1997).

Araújo (2000) salienta que:

[...] se tem em vista o “pleno desenvolvimento do educando”, e o ser humano é essencialmente identificado com o trabalho, trata-se de fazê-los se reunir. Se se tem em vista “o preparo para o exercício da cidadania”, observa-se que a categoria trabalho, como reúne os indivíduos humanos no seu modo de ser, também guarda estreitas relações com eles (ARAÚJO, p.103).

Diante do exposto, entende-se que a família, escola, profissionais de reabilitação, os terapeutas ocupacionais, os fisioterapeutas, entre outros, precisam se articular, ainda que isso não seja uma tarefa fácil.

Na sociedade inclusiva a relação dos profissionais com os familiares deve ser de cooperação, juntos na direção do atendimento às necessidades especiais da criança, sobretudo porque a família deposita sua confiança e esperança nestes profissionais. Os objetivos a serem alcançados e as decisões a serem tomadas devem ser discutidos entre todos os envolvidos. Cabe aos profissionais esclarecer todos os passos dos atendimentos que vão ser realizados, e o prognóstico. A decisão dos familiares deve estar baseada em informações dadas por esses profissionais (BRASIL, 2010).

Contudo, a formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão, pois de acordo com Bueno (1999), “dentro das atuais condições da educação brasileira, não há como incluir crianças com necessidades educativas especiais no ensino regular sem apoio especializado, que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência”.

Os profissionais de educação sejam docentes, dirigentes, grupos de apoio estão incumbidos de promover a inclusão, mas são recorrentes relatos de que o “aluno dentro da escola, mas excluído nela”. Existe ainda relatos de que há materiais de qualidade, que são recursos maravilhosos, mas estão empilhados nas salas de aula, por não se saber utilizá-los, do mesmo modo, estão outros recursos pedagógicos que serviriam para o desenvolvimento integral do aluno. Assim, isso parece ser uma necessidade formativa, em que uso destes materiais atrelados ao conhecimento profissional contribuiria para o êxito do aluno no seu processo educacional.

A década de 1990 foi marcada por mudanças na educação Especial, tanto na legislação como no atendimento às pessoas com deficiência, pois surgiram documentos normatizações resultantes de acordos internacionais dos quais o Brasil foi signatário, como a Declaração de Jomtien (1990), assinado durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos e a Declaração, em Salamanca na Espanha (1994).

Essas normatizações possibilitam estabelecer o horizonte das políticas educacionais, de modo que se assegure a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo. Nesse sentido, passou a exigir maior compromisso ético-político de todos, nas diferentes esferas de poder e em responsabilidades na operacionalização na realidade escolar.

A inclusão está prevista pela legislação educacional vigente no país, entre elas a Constituição

Federal (1988); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 (LDB) e as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica. Deste modo, a escola deve ser a instituição social, que tem o dever de atender a todas as crianças e adolescentes, sem exceção. Porém, sabemos que os desafios são muitos, e um deles, o despreparo dos professores, os faz muitas vezes alegar que não sabem lidar com as especificidades dos alunos com deficiências, o que dificulta a aceitação deles em sala de aula.

De acordo com Mendes (2006), o princípio da inclusão passou a ser defendido como uma proposta de aplicação prática na educação, que implicou na construção de um processo bilateral, no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscaram, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos, no sentido de construir uma sociedade democrática.

Diante deste contexto histórico e legal, o presente artigo foi delineado com base nas publicações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil. Nesta plataforma de busca, primeiro foram usados os seguintes descritores: Necessidades formativas, educação especial e inclusão. Foram encontrados 79 trabalhos, destes foram selecionados os trabalhos entre 2010 e 2020, os que mais se relacionavam à temática. Dos trabalhos selecionados 23 teses e 26 dissertações. Depois foram usados os seguintes descritores: necessidades formativas, educação especial, inclusão e projeto político pedagógico da escola. Dentre elas destacamos três trabalhos abaixo:

O trabalho, a formação dos professores na educação especial.

(SANTI 2018) destaca a importância de discutir aspectos fundamentais sobre as políticas de formação de professores na área da Educação Especial, evidenciando a distinção entre as políticas vigentes e as características da formação de professores que passaram a atuar com os alunos com deficiência no ensino comum, e aponta elementos de formação continuada diretos do desenvolvimento educativo técnico e político dos professores como fatores contributivos para capacidade de explicitação das contradições sociais que marcam a trajetória da humanidade.

A dissertação, “A ordem do discurso na educação especial” (ALCANTARA, 2011) justifica em sua pesquisa a importância de analisar as aproximações e os distanciamentos entre os discursos acerca da formação docente na educação especial/inclusiva do professor regular da rede de ensino municipal de São Luís e os discursos nos dispositivos oficiais que versam sobre a temática, a manutenção da ideia que associa diferença e deficiência, e busca compreender o impasse entre a concepção de diferença que articula a formação discursiva inclusiva e as condições de sistema para incluir sob esta perspectiva.

A tese, “Formação docente na perspectiva da inclusão educacional (FERRO 2017)” em sua proposta de pesquisa busca analisar o exercício da docência na perspectiva da Educação Inclusiva, a partir de professores que atuam em escola de ensino público, evidenciando a importância de uma formação que prepara o futuro professor para atuar com alunos com deficiências em relação as suas práticas, pontuando a importância da construção de uma educação inclusiva de qualidade. Tendo como resultado da pesquisa que o investimento na qualidade da formação inicial dará condições de

trabalho para que este profissional possa atuar qualitativamente na educação inclusiva.

Diante desta breve revisão de literatura, se fez necessário investigar necessidades formativas para inclusão, no âmbito escolar, buscando promover uma educação pautada nos princípios da igualdade, qualidade e significação para os alunos pertencentes a esta modalidade da educação especial.

(SANTI 2018) destaca a importância de discutir aspectos fundamentais sobre as políticas de formação de professores na área da Educação Especial, evidenciando a distinção entre as políticas vigentes e as características da formação de professores que passaram a atuar com os alunos com deficiência no ensino comum, e aponta elementos de formação continuada diretos do desenvolvimento educativo técnico e político dos professores como fatores contributivos para capacidade de explicitação das contradições sociais que marcam a trajetória da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste artigo ficou claro que para que tenha uma educação de qualidade e de igualdades a formação docente sempre terá que ser priorizada para que a educação seja de qualidade e respeito a todas as modalidades de ensino.

Ao desenvolver trocas de conhecimentos entre os professores de uma escola, a gestão contribuirá para inovar as práticas pedagógicas e melhorar as metodologias de forma a enriquecer o ensino.

Enfim, com as novas tecnologias assistivas que auxiliam o ensino, as formações continuadas devem explorar este universo para garantir o sucesso na educação do século XXI.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA. Ramon Luis de Santana: **A ordem do discurso na educação especial**. dissertação (mestrado em Educação)- Universidade Federal do Maranhão -São Luís ,2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso 20 dez. 2023.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Tailândia, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso 20 dez. 2023.

FERRO Marcos Batinga: **Formação docente na perspectiva da inclusão educacional.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra,

Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, n.º 9394.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

MENDES. Ercinéia Gonçalves: **a radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil-** Universidade Federal de São Carlos , programa de Pós- graduação em Educação Especial- Revista brasileira de Educação v.11 nº33 set/dez.2006

SANTI, Ana Paula. **A formação dos professores na educação especial de Toledo-PR..** 2018. 261 f. Dissertação(Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018 .

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

VILARONGA, C.A.R; MENDES, E. G.. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores**. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

WARNOCK, MARY, (1990). **Informe sobre necessidades educativas especiais**. Siglo Cero, 130, 12-24. Carvalho.